



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ
Câmpus Curitiba



Ministério da Educação

Projeto Político Pedagógico 2017



Sumário

1. <u>APRESENTAÇÃO</u>	3
2. <u>MARCO CONCEITUAL</u>	5
A criação do IFPR – breve histórico.....	5
2.2. Relação Trabalho e Educação no IFPR	6
Gestão democrática.....	8
Concepção de Avaliação	10
3. <u>MARCO SITUACIONAL</u>	19
Estrutura organizacional da Instituição	19
Caracterização do Campus Curitiba.....	21
3.2.2 Condições Físicas e Materiais:.....	23
INFRA-ESTRUTURA	23
3.4.1 Estrutura Física e Organizacional.....	23
Relação do Corpo Docente.....	25
Relação da Equipe Técnico-Administrativo	33
4. <u>MARCO OPERACIONAL</u>	36
<u>Bolsas:</u>	36
Ingresso	37
4.3. Metas:.....	38
5. <u>BIBLIOGRAFIA</u>	39



1. APRESENTAÇÃO

Ao longo da última década do século XX e a primeira década do século XXI a educação brasileira passou por algumas mudanças significativas. A primeira diz respeito à mudança na lei que rege a educação brasileira, ou seja, a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. A lei anterior, conhecida como 5692 foi redigida no governo militar de Emilio Garrastazu Médici e publicada em agosto de 1971.

A segunda grande mudança diz respeito à retomada de aberturas de escolas técnicas no Brasil, pois até 2002 o país tinha em torno de cento e quarenta escolas técnicas federais, e entre 2002 e 2010 foram inauguradas outras duzentas e catorze.

Com todo esse crescimento vieram também responsabilidades e um dos elementos responsáveis pela efetivação do importante papel em oferecer um ensino de qualidade é a necessidade de construção do Projeto Político Pedagógico, que a partir de agora, neste documento, será denominado de PPP.

O PPP é assim chamado por expressar “o político porque reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade em que vive. Chamamos de pedagógico porque expressa as atividades pedagógicas e didáticas que levam a escola a alcançar os seus objetivos educacionais”(BETINI, 2005).

Vemos, portanto, uma mudança significativa quanto à iniciativa de nosso Instituto em construir coletivamente seu PPP. Se no passado tínhamos como grande regente o diretor da escola, hoje temos um coletivo participando das grandes decisões no intuito de alcançar objetivos políticos e educacionais para a comunidade escolar. Dessa forma o PPP passa a ser a articulação legal entre estudantes, pais e servidores que são professores e técnicos, pela construção de uma instituição democrática e transformadora. Em nosso PPP priorizamos alguns elementos como o histórico familiar e a realidade social de nossos estudantes, cujos dados levantados podem e devem servir de subsídio na orientação para a construção e reconstrução de um currículo que priorize o conhecimento a partir da realidade que temos e não num planejamento utópico e sem base empírica.



Num outro momento, optamos por salientar a memória histórica de nossa instituição e, sobretudo, daquelas que a antecederam, o que permitirá a todos os leitores a compreensão de uma identidade calcada em raízes profundas.

O levantamento das condições físicas e materiais possibilitaram conhecer o que temos e aponta o que necessitamos para o futuro. O conhecimento de nosso corpo docente e da equipe técnico administrativa permite à comunidade escolar um conhecimento mais apurado da formação daqueles que direta ou indiretamente criam condições para que os estudantes possam trilhar um caminho em busca do conhecimento.

Por fim, podemos dizer que este PPP foi construído não apenas em resposta ao cumprimento da LDB (9394/96), que em seu artigo 12 & I, artigo 13 & I e no artigo 14 & I e II, estabelece ter a escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. Pode-se afirmar que a participação da comunidade escolar foi essencial para o nascimento desse primeiro documento, ainda não finalizado, mas que servirá aos anseios daqueles que hoje estão no IFPR assim como àqueles que estão por vir.

O resultado que hoje temos neste documento deve ser constantemente acompanhado e aprimorado pelas gerações do presente e do futuro que podem, a partir de avaliações processuais, apontar outras possibilidades de construção, manutenção e renovação de uma escola que se faz justa, gratuita, pública e de excelente qualidade.

2. MARCO CONCEITUAL

Quando falamos de escola, falamos de vida. Vida que acontece nas salas de aula. Falamos de aula, do professor, do estudante e gestores. Num segundo momento, podemos até ampliar a discussão e chegar a temas como a relação professor e estudante, o papel da escola e sua função frente à sociedade. Para muitos, escola é um ambiente com grandes muros e certa organização. Sabemos, no entanto, que a escola real revela outras faces que em geral não são vistas a “olho nu”. Com efeito, para entender a escola, faz-se necessário estar dentro dela e a partir de então realizar estudos que possam gerar inquietações que venham contribuir com possíveis melhorias no espaço e no processo de ensino e aprendizagem e, sobretudo, nas condições de trabalho daqueles sujeitos que permanecem na escola grande parte de suas vidas.

A história da educação no Brasil pode ser discutida desde a chegada dos colonizadores que trouxeram consigo padres jesuítas e sua Companhia. A partir da República, ou seja, a partir do século XIX, paulatinamente vai-se criando uma preocupação em expandir a escolarização para todos os grupos sociais, pois anteriormente a escola era destinada a apenas uma pequena camada da população.

E assim os Institutos Federais nascem dentro da perspectiva de ampliação do ensino a toda população brasileira.

A criação do IFPR – breve histórico

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição pública e gratuita de educação superior, básica e profissional, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e tem sua origem na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR).

Por sua vez, a ET-UFPR originou-se da Escola Alemã, fundada em 1869 por Gottlieb Müller e Augusto Gaetner e pertencia à antiga Colônia Alemã de Curitiba. Até 1914, o estabelecimento foi denominado de Escola Alemã, e depois dessa data passou a ser chamado de Colégio Progresso e, posteriormente, de Academia Comercial Progresso.



Em 1941, a então Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da UFPR, sendo autorizada a funcionar sob a denominação de Escola Técnica de Comércio, anexa à Faculdade de Direito.

Em 22 de janeiro de 1974, o Conselho Universitário decidiu integrá-la à Universidade, como órgão suplementar e, a partir de 1986, ela passou a ser denominada Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná.

A partir de 14 de dezembro de 1990, ao aprovar a reorganização administrativa da Universidade, o Conselho Universitário alterou sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, vinculando-a à Pró-Reitoria de Graduação e, em novembro de 1997, por decisão deste mesmo Conselho, foi classificada como Unidade da UFPR.

Em sessão do Conselho Universitário (COUN) da UFPR, realizada em 19 de março de 2008, a Escola Técnica foi autorizada a aderir ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), cujo principal objetivo era a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

2.2. Relação Trabalho e Educação no IFPR

Conforme Saviani (2007) o trabalho no sentido ontológico é o que caracteriza a existência humana, pois trabalhar é agir sobre a natureza e transformá-la com o objetivo de atender as necessidades humanas. Isso porque o homem para satisfazer suas carências básicas cria objetos e simultaneamente constrói seus saberes e sua cultura. O trabalho é, nesse sentido, o fenômeno originário da formação do homem enquanto ser capaz de viver, criar e recriar sua existência porque opera conjuntamente a transformação da natureza e a aquisição de conhecimento. Sendo assim, trabalho, vida e aprendizagem estão intimamente ligados, pois não há como sobreviver sem transformar a natureza, e não há como transformar a natureza sem pensar, agir e aprender.

O trabalho historicamente apresenta uma divisão entre trabalho intelectual (valorizado e fonte de prestígio) e trabalho manual (desvalorizado e fonte de humilhação). Tal divisão separa e hierarquiza o trabalho realizado para produzir coisas (manual) e o trabalho para produzir conhecimento (intelectual), configurando historicamente escolas para trabalhadores e escolas para as elites;



educação geral para as elites dirigentes e preparação para o trabalho para os órfãos, desamparados e filhos dos trabalhadores.

A recente proposta dos Institutos Federais com o “ensino integrado e profissional” busca superar esse tradicional dualismo da sociedade e da educação brasileira, articulando trabalho manual e trabalho intelectual, instrução profissional e instrução geral. De tal forma, o ensino a ser desenvolvido pelo Instituto Federal do Paraná representa uma significativa oportunidade de formação para o trabalho, organicamente articulada à elevação dos níveis de escolaridade.

Nesse sentido, a defesa do Instituto no momento da construção deste documento vai na direção de formar o sujeito em todas as suas dimensões, ou seja, que o estudante seja capaz de se apropriar dos conhecimentos tecnológicos modernos e dos conhecimentos gerais para poder pensar e agir, criando condições de melhorar o mundo e não apenas se adequar a ele. Portanto, a educação a ser desenvolvida no IFPR deverá superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral e agir de forma articuladora das capacidades do pensar e do agir.

Sendo assim, vale indicar que o termo integrar e formação integrada têm seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que constituem e concretizam os processos educativos. Portanto, no caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino profissional e técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional de tal maneira que haja no processo educativo a possibilidade de emancipação humana.

Filosoficamente, o debate sobre o porquê educar é bastante extenso. Desde o projeto da Paidéia grega, a formação do indivíduo tem sido um tema recorrente entre os filósofos. Alguns dos temas analisados no contexto da história da filosofia ainda parecem pertinentes hodiernamente. Em especial, parece ser interessante destacar algumas reflexões relevantes ao âmbito das atividades desenvolvidas no IFPR-Curitiba.

Adorno (1995), ressalta a separação ocorrida entre razão crítica e razão instrumental. Enquanto filósofo que vivenciou a Segunda Guerra Mundial, Adorno constata que a racionalização da sociedade não implica necessariamente a emancipação, ao contrário do que supõe a filosofia do Iluminismo. Adorno destaca que o projeto kantiano sempre subordinou o desenvolvimento da razão à emancipação humana, seja dos preconceitos, das dominações, ou, poderíamos dizer, da própria barbárie. Constatar o retorno humano à barbárie em uma sociedade tecnificada, como a Alemanha do início do século XX, colocou à prova a capacidade da razão humana estar vinculada com a emancipação. E é nesse contexto que Adorno argumenta acerca da separação ocorrida entre uma razão voltada a fins (razão instrumental) e uma razão crítica, a qual permitiria o desenvolvimento da autonomia humana.

Esses argumentos lançam o desafio de se formar pessoas capazes de se apropriar da racionalidade de um ponto de vista emancipatório e autônomo e não apenas de desenvolver a capacidade de compreensão técnica do mundo, compreensão essa, contudo, fundamental e indispensável. A capacidade de refletir sobre a própria técnica produzida, por exemplo, é um dos aspectos essenciais da autonomia humana. E, em outra perspectiva, representa a apropriação do conhecimento por parte do educando. E, em outras palavras, autonomia intelectual.

Dessa forma, destaca-se a importância do preparo do estudante para atuação no mundo coletivo, o qual exige o domínio da linguagem e da ação política. Habermas (1987), mostra em que medida a tecnificação da administração e da política contém um viés de dominação do ser humano. Em contrapartida, a capacidade humana para o debate político representa também uma forma de emancipação. Assim, a formação de estudantes capazes de produzir tecnologia, refletir sobre ela e se posicionarem no mundo coletivo parece ser um desafio a ser assumido numa instituição de ensino que preze pela autonomia intelectual e desenvolvimento humano.

Gestão democrática

Nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB 9394/96, tem-se como recomendável para Instituições de Ensino como o IFPR- Curi-

tiba o estímulo à gestão democrática. Trata-se de um modelo de gestão que exige um processo paulatino de implementação, que atinge vários níveis da organização escolar, entendendo que o conceito de gestão democrática compreende a redefinição da estrutura de poder, desde o nível macro do Ministério da Educação na sua forma de organização e funcionamento, até o nível micro de cada escola.

As ações do MEC deveriam estar adequadas às deliberações de um Fórum Nacional de Educação que pudesse definir, a partir de amplo debate nacional, as diretrizes político-pedagógicas, as prioridades educacionais, a garantia de recursos para todos os níveis de ensino considerados como um todo, e as formas de avaliação dos mesmos, com a participação de diversos setores sociais. Por outro lado, as questões relativas à concepção dos conteúdos e de metodologia de ensino, principalmente no âmbito do Ensino Fundamental e médio, devem estar compreendidas como parte do processo de socialização dos conhecimentos científicos. Nesse sentido, Fóruns Interdisciplinares com professores e especialistas de todos os níveis de ensino deveriam funcionar para produzir propostas curriculares que poderiam ser analisadas e normatizadas pelo Conselho Nacional de Educação, no qual deveriam estar representadas, majoritariamente, as categorias profissionais responsáveis pela execução das propostas curriculares.

Do ponto de vista do que se pode implementar no IFPR-Curitiba, a gestão democrática como princípio exige uma série de instrumentos gerais viabilizadores da efetivação desse modelo de gestão. Em primeiro lugar, uma Instituição de Ensino democrática deve procurar acirrar os laços com a sociedade de seu entorno, permitindo uma participação da sociedade na escola e levando a Instituição para mais perto da comunidade. Além disso, é fundamental a construção de canais de diálogo entre estudantes, escola, professores, comunidade e pais.

Considerando-se cada setor do IFPR, podem-se destacar alguns instrumentos para a efetivação da gestão democrática. Assim, no que tange à participação dos pais na gestão do IFPR-Curitiba, cumpre observar que é interessante o estímulo a uma participação que não seja meramente o acompanhamento de notas dos alunos, mas também, a inserção na organização e participação de eventos, em palestras, e, sobretudo, na definição dos aspectos pedagógicos da escola, por meio de conselhos, da inserção na construção do PPP, da presença e exigência

Quanto aos estudantes, uma gestão democrática significa uma maior participação na construção dos projetos desenvolvidos e dos conteúdos a serem abordados, a institucionalização do protagonismo juvenil, por meio de Centro Acadêmico, por exemplo, bem como mais participação nos canais de diálogos entre professores, estudantes, pais e direção.

Aos professores, por sua vez, cabe o estabelecimento de um maior contato com os estudantes, na determinação dos rumos em sala de aula, mais diálogo com a diretoria e participação nas decisões quanto à avaliação, metodologia, currículo, assim como uma maior inserção na rotina dos estudantes na escola e contato com os pais.

Nesse sentido, é interessante da parte da direção uma maior racionalização da burocracia escolar, para permitir a transparência, abertura para a participação efetiva da comunidade escolar na gestão, bem como o compartilhamento das informações quanto às atividades fim da escola.

É importante considerar, ainda, no contexto da gestão democrática, que a instituição educativa se define pelas relações sociais que desenvolve como instituição, devendo buscar o que lhe é específico (o ensino, a pesquisa, a extensão), sem perder de vista o ideal da aprendizagem como direito humano, social e democrático de todos (as) os (as) que a constituem. (Conferência Nacional de Educação - Conae, 2010).

Concepção de Avaliação

Pensar no processo ensino aprendizagem no IFPR consiste em um exercício metodológico que antecede a sala de aula, na seleção de conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais), levando-se em consideração o conhecimento prévio dos educandos, suas necessidades, em relação aos objetivos a serem alcançados, dada a especificidade de cada área e seus respectivos cursos.

A partir desse criterioso exame diagnóstico, acreditamos ter o professor maior clareza para arquitetar seu planejamento, o qual deve ser programado não tão somente em relação aos conteúdos a serem trabalhados anualmente, mas também no cotidiano de sala, a cada aula, numa sequência didática que observe se o planejado:



- permite verificar os conhecimentos prévios dos estudantes;
 - está adequado ao nível de desenvolvimento;
 - representa desafio alcançável;
 - provoca conflito cognitivo;
 - promove atitude mental do estudante;
 - estimula a auto-estima e o auto-conceito;
- leva o estudante a compreender a sequência didática como conjunto de atividades entre si, planejadas para ensinar um conteúdo, organizado de acordo com os objetivos que o professor quer alcançar para a aprendizagem dos estudantes, com previsão de momentos de avaliação, que deve ocorrer ao longo desse processo.

Enquanto docentes desta instituição, firmamos tal compromisso na busca de que nossos educandos, independentemente do nível de ensino, se médio integrado, subsequente ou superior, aprendam, compreendam e atuem em todos os momentos do processo educacional vivenciado na escola. Para tanto, passa a ser primordial na prática docente:

- informar aos estudantes os critérios de avaliação e os instrumentos utilizados;
- oportunizar situações em que os estudantes participem cada vez mais intensamente da resolução das atividades e no processo de elaboração pessoal, em vez de copiar, reproduzir instruções/explicações;
- levar os estudantes à percepção dos próprios erros, para que sejam desafiados a buscar alternativas para superá-los.

Conforme estabelece a concepção de avaliação do processo ensino aprendizagem do IFPR- Portaria 120/2009, estudantes e professores são, no processo pedagógico, sujeitos ativos e devem atuar de forma consciente, não apenas como parte do processo de conhecimento e aprendizagem, mas, sim, como seres humanos imersos numa cultura e que apresentam histórias particulares de vida. Ainda, segundo esse documento:



O estudante traz consigo componentes biológico, social, cultural, afetivo, lingüístico, entre outros, e os conteúdos de ensino e as atividades propostas pelos professores devem enredar-se nessa complexa constituição do indivíduo. (Portaria n.120, §1º)

Portanto, o processo de ensino aprendizagem deve envolver um conteúdo que, ao mesmo tempo, é produção e produto, sendo parte de um conhecimento formal (curricular) e outro latente, característico dos indivíduos. (Portaria n. 120, §2º)

Dessa forma, ensinar, aprender e pesquisar no IFPR representa uma busca não só pelo conhecimento já existente, mas também pela produção do que ainda não existe. Por isso, as práticas de pesquisa e extensão, tanto docente quanto discente, são consideradas indissociáveis, porque permitem o desenvolvimento da capacidade de refletir criticamente o aprendido, já que se faz em processo contínuo, cumulativo e em espiral, com vista permanente à retomada dos conteúdos já trabalhados em situações diversificadas/diferenciadas. Nesse caso, o papel do professor mediador entre o conhecimento prévio dos estudantes e o sistematizado faz-se fundamental, para que ocorra, de fato, o acesso ao conhecimento científico.

No artigo 24, inciso V, da LDB, deparamo-nos com a ideia de que a avaliação do trabalho escolar deve ser contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos, prevalecendo o desempenho do estudante ao longo do ano e não sobre uma eventual prova final. A avaliação deve ser compreendida, assim, como julgamento de valor sobre as manifestações reais do processo ensino aprendizagem, entretanto, para que essa realidade seja possível, faz-se necessário considerar o que se está avaliando, como, por que e para quê, além de se ter em vista a participação ativa do discente, protagonista do seu processo educativo.

Entendemos esse processo de avaliação em:

I. Diagnóstica: buscar através da sondagem os conhecimentos prévios dos estudantes, o grau de conhecimento e/ou defasagem para a possível intervenção e avanço.

II. Formativa: que significa avaliar os estudantes para fazer com que evoluam melhor. Uma avaliação que consagre à regulação das aprendizagens, capaz de orientar o estudante para que ele próprio possa situar suas dificuldades, a fim de



descobrir os procedimentos que lhe permitam progredir.

III. Somativa: que possibilite a avaliação dos objetivos pretendidos; apresentando os resultados de aprendizagens e rendimento do estudante para que seus dados subsidiem o replanejamento do ensino para a próxima etapa.

Já que o processo ensino aprendizagem no IFPR busca que os estudantes pensem criticamente o aprendido, em processo contínuo, cumulativo e em espiral, propomos neste documento outros mecanismos por meio dos quais se pode operacionalizar o processo avaliativo, além da prova escrita:

- I. Seminários;
- II. Trabalho individual e em grupo, escrito ou oral;
- III. Teste oral;
- IV. Demonstração de técnicas em laboratórios;
- V. Dramatização;
- VI. Apresentação do trabalho final de iniciação científica;
- VII. Artigo científico;
- VIII. TCC
- VIII. Portfólio;
- IX. Resenhas;
- X. Auto-avaliação;
- XI. Relatórios.
- XII. Debates.

Por meio desses mecanismos de avaliação, além dos critérios estipulados previamente aos estudantes referentes à consistência de conteúdo, o professor pode levar em consideração aspectos relativos a atitudes e a habilidades no que concerne ao desempenho das atividades pertinentes ao momento de aprendizagem, inclusive quando se tratar de prática profissional e/ou estágio, como: ética; prontidão; iniciativa; relação interpessoal, valorização do ser humano; assiduidade; solidariedade com a equipe e outros.

Consideramos a concepção de avaliação aqui apresentada como princípio norteador deste PPP, já que seu sentido maior é a aprendizagem do estudante com suas histórias e contexto sociocultural. T tamanha importância dispensada a esse tema está relacionada à constante preocupação do corpo docente do IFPR, que



trabalha em prol de que a avaliação não recaia na perspectiva da classificação, fragmentação e compartimentalização, a fim de que ela não se destitua do diálogo com os princípios filosóficos traçados, cujo foco está em um aprender situado, significativo e emancipatório, ou seja, na “transformação da realidade através do autoconhecimento crítico do real e da constituição de um valor emancipatório dos agentes do processo.” (SAUL, 1988)

Renomados estudiosos sobre o tema da avaliação são categóricos ao afirmar que a avaliação não pode ser instrumento seletivo, para medir, para reprovar ou permitir a continuidade dos estudos, e que ela deve estar presente em todos os momentos, balizando o antes, durante e o depois da ação pedagógica. “

Luckesi afirma:

Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção - que obrigatoriamente conduz à exclusão. (LUCKESI, 2000, p.172).

Por isso, os instrumentos de avaliação, dadas as características específicas de cada nível de ensino, curso e área, ocorrerão ao longo do ano letivo, dividido em bimestres, e a qualidade da produção acadêmica do educando será representada por conceitos conforme Portaria 120.

Como o processo avaliativo se dará pela tríade do método da avaliação diagnóstica, formativa e somativa, o estudante deverá se esmerar ao longo do bimestre para buscar superar eventuais dificuldades de aprendizagem, seja através de reescrita de trabalhos, lista de exercícios ou de momentos de estudo junto ao professor responsável em horário de atendimento a estudante. Esse processo de recuperação paralela, indicado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 como uma das incumbências das instituições de ensino, deverá ser garantido pelo professor com os devidos registros em seu diário de classe.

Segundo a LDB, os estudos de recuperação devem ocorrer, preferencialmente, paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar. No caso de o estudante se considerar prejudicado em sua avaliação por falta de recuperação paralela ou por algum problema quanto à composição de seu conceito, é dever da



escola atendê-lo e encaminhar as solicitações ao professor, tendo em vista as normas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9394/96, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na lei 6174/70. O processo de revisão do resultado bimestral ou final tem como finalidade apurar possíveis equívocos no processo de avaliação e registro dos resultados do desempenho escolar do estudante. Tal recurso possui um prazo específico, regido pelo calendário escolar.

Portanto, nesse sentido, optamos por considerar formas de recuperação paralela não apenas provas bimestrais finais, com mera alteração de notas, mas encaminhamentos outros de formas de aprendizagem já mencionadas anteriormente, com o objetivo de garantir a recuperação dos conteúdos trabalhados ao longo do período.

Compreende-se, portanto que todos os recursos utilizados para proceder à avaliação possibilitam a identificação dos caminhos a serem percorridos, ou seja, uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado. Dessa forma além de levar os alunos à percepção dos próprios erros, para que sejam desafiados a buscar alternativas para superá-los, a avaliação permite também a recondução da prática docente. Em síntese:

Tendo em vista a concepção de avaliação adotada neste documento, não haverá período de recuperação final, com listas de conteúdos anuais e provas finais, já que o sistema de ensino-aprendizagem do IFPR se pauta na concepção de avaliação formativa.

Missão

Ao falarmos da missão do Campus, nos orientamos pelo que nos aponta a Conferência Nacional de Educação (CNE) quando da construção do Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação e que de alguma forma nos indica a direção que devemos tomar enquanto instituição pública e gratuita.

A necessidade de políticas públicas e projetos escolares para o enfrentamento de questões como fome, drogas, violência na escola, homofobia, racismo, sexismo, acesso à cultura, saúde etc.; a gestão e organização adequadas da escola, visando a lidar com a situação de heterogeneidade sociocultural dos estudantes; à



consideração da trajetória e identidade individual e social dos estudantes, tendo em vista o seu desenvolvimento integral e, portanto, uma aprendizagem significativa; ao estabelecimento de ações e programas voltados para a dimensão econômica e cultural, bem como aos aspectos motivacionais que contribuam para a escolha e a permanência dos estudantes no espaço escolar, assim como para o seu engajamento em um processo ensino-aprendizagem exitoso. (CONAE, 2010).

Nesse aspecto, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR esclarece também a missão e visão da instituição, que é de promover e valorizar a educação profissional e tecnológica, com base na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação do cidadão e da sustentabilidade da sociedade paranaense e brasileira, com amparo nos princípios da ética e da responsabilidade social. Nesse aspecto assume uma visão que é a de ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com a sustentabilidade, capaz de atuar com inovação e de forma transformadora.

Cabe ressaltar ainda que uma das principais missões do IFPR é garantir o direito à educação, que implica, dentre outras, uma trajetória escolar sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento. Além disso, implica a consolidação de condições dignas de trabalho, formação e valorização dos profissionais da educação (CNE, 2010).

Cabe lembrar os preceitos do IFPR que nos regem:

MISSÃO

Promover e valorizar a educação profissional e tecnológica, com base na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação do cidadão e da sustentabilidade da sociedade paranaense e brasileira, com amparo nos princípios da ética e da responsabilidade social.

VISÃO

Ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com a sustentabilidade, capaz de atuar com inovação e de forma transformadora.

VALORES

- Compromisso com a construção do saber e reconhecimento dos saberes sociais;





- Promoção de educação de qualidade, inclusiva e integradora, formadora de profissionais competentes e comprometidos com a responsabilidade sócio ambiental;
- Gestão participativa, dinâmica e transparente, comprometida com a qualidade de vida;
- Desenvolvimento de inovação tecnológica por meio de postura empreendedora;
- Comportamento ético orientado pelos princípios da dignidade humana, respeito as diferenças dos cidadãos e combate a todas as formas de discriminação;
- Respeito, preservação e disseminação da cultura e das tradições locais;
- Qualidade e excelência para promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos, para a satisfação da sociedade.

FINALIDADES

De acordo com a Lei de criação (Lei nº 11.892/08) e com seu Estatuto, o IFPR tem as seguintes finalidades e características:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI– qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX– promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

SÃO OBJETIVOS DO IFPR:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III– realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV– desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI– ministrar em nível de educação superior:



a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica

3. MARCO SITUACIONAL

Estrutura organizacional da Instituição.

A Reitoria é o órgão da administração central que responde por todos os assuntos relacionados ao Instituto Federal do Paraná. É de competência da Reitoria: coordenar, administrar e planejar o cotidiano do Instituto. A administração da Reitoria está subordinada ao Conselho Superior, órgão máximo da Instituição.

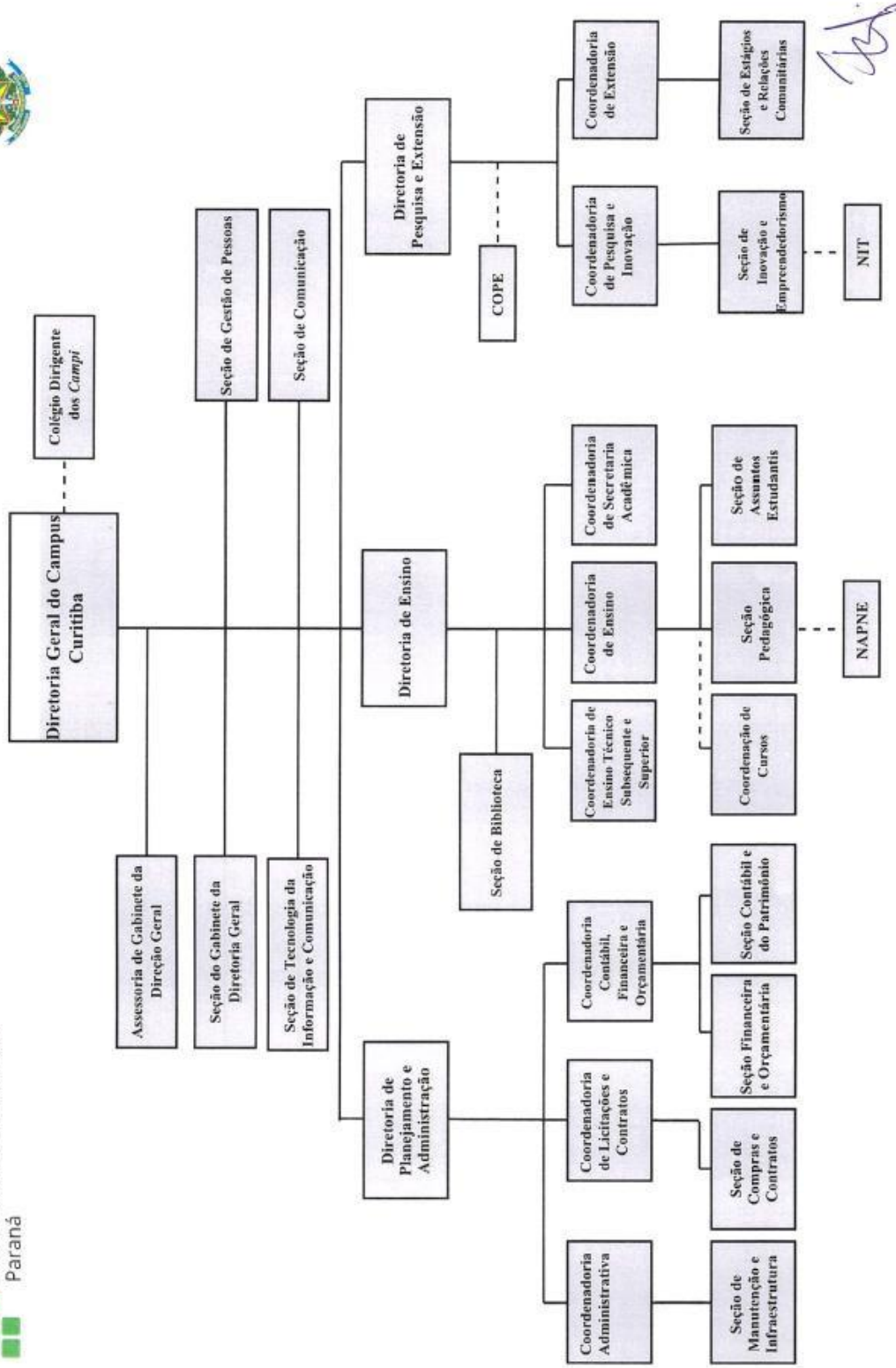
Os Campus do IFPR possuem autonomia para a execução das decisões tomadas no Conselho Superior da Instituição. No organograma de cada campus existe o Colégio de Dirigentes, com função opinativa, propositiva e sugestiva, com vistas à orientação da Direção Local, sendo um balizador para que o Diretor Geral possa planejar e executar as ações administrativas e pedagógicas dentro do Campus, com base nas diretrizes aprovadas pelo Conselho Superior da Instituição. O Colégio de Dirigentes é composto por representação de professores, dos técnicos administrativos, dos estudantes e dos pais e da sociedade civil.

Na organização administrativa do Campus Curitiba, além da Direção Geral, há três Direções Sistêmicas: a Diretoria de Planejamento e Administração e a Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa, Extensão e Inovação. A composição organizacional de cada Diretoria está descrita no Organograma:



ORGANOGRAMA
Portaria nº 197 de 01/03/16
Anexo III

INSTITUTO FEDERAL
Paraná



OBSERVAÇÃO : Tramita junto à Reitoria do IFPR uma nova proposta do Organograma.

Além dos servidores concursados, trabalham no âmbito dos diferentes setores da Instituição, funcionários terceirizados. Em geral, os motoristas, auxiliares de limpeza e de serviços gerais são contratados por meio de uma empresa de serviços, que após processo licitatório fornece os funcionários solicitados mediante ao que foi exigido no contrato. Cabe a esta empresa, o pagamento desses funcionários e também a supervisão da execução do seu trabalho mediante o assessoramento da Instituição.

Caracterização do Câmpus Curitiba

O Instituto Federal do Paraná insere-se na modalidade de Instituição pública e gratuita de educação superior, básica e profissional, criada pela Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O Câmpus Curitiba está situado em dois endereços na Rua João Negrão, 1285-Rebouças e na Av. Senador Salgado Filho, 1200, Guabirota. As aulas são desenvolvidas em três turnos: manhã, tarde e noite, de segunda a sábado.

Cursos ofertados:

Cursos Matutinos:

- **De segunda a sexta das 7h15 às 12h30:**

Modalidade Ensino Médio Integrado:

- Técnico em Administração
- Técnico em Contabilidade
- Técnico em Informática
- Técnico em Petróleo e Gás

Modalidade Subseqüente:

- Técnico em Enfermagem
- Técnico em Massoterapia
- Técnico em Processos Fotográficos

- **Sábado das 8h00 às 18h00:**

Pós-Graduação:

- Especialização em Educação Profissional – *Lato Sensu*
- Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – *Stricto Sensu*

Cursos Vespertinos:

- **De segunda à sexta das 13h15 às 18h30:**

Modalidade Ensino Médio Integrado:

- Técnico em Eletrônica
- Técnico em Mecânica
- Técnico em Processos Fotográficos
- Técnico em Programação de Jogos Digitais

Modalidade Subseqüente:

- Técnico em Produção de Áudio e Vídeo
- Técnico em Prótese Dentária

Cursos Noturnos:

- **De segunda à sexta das 19h00 às 22h40:**

Modalidade Subseqüente:

- Administração
- Edificações
- Eletrotécnica
- Eletromecânica
- Eventos
- Massoterapia
- Mecânica
- Prótese Dentária



- Produção de Áudio e Vídeo
- Saúde Bucal
- Secretariado
- Telecomunicações
- Transações Imobiliárias

Ensino Superior:

- Bacharelado em Ciências Contábeis
- Tecnologia em Gestão Pública
- Tecnologia em Secretariado

Condições Físicas e Materiais:

Atualmente os cursos do Campus Curitiba estão sendo ofertados na unidade localizada na Rua João Negrão. Até 2020 estima-se que todos os cursos e a estrutura administrativa do campus estejam comportados no novo prédio atualmente em processo licitatório de obras e reformas.

INFRA-ESTRUTURA

3.4.1 Estrutura Física e Organizacional

O Campus Curitiba tem por finalidade o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão e inovação e possui a estrutura física e organizacional descrita nos quadros abaixo:





Campus Curitiba – Rua João Negrão, 1285- Rebouças

Direção Geral	Sala de Reuniões
	Gabinete e Secretaria
	Gt-Pessoas
	SCPPD
	Seção Ti
	Comunicação
	Assessoria de Infraestrutura
	Espaço Saúde
Direção de Ensino	Biblioteca
	Secretaria Acadêmica
	Coordenadoria de Ensino Técnico Inte- grado
	Coordenadoria de Ensino Técnico Subse- quente e Superior
	Seção Pedagógica
	Seção de Estágios
	Seção de Assuntos Estudantis
	NAPNE
	Quadra de Esporte
	Sala de Professores
	Sala de Artes
	Sala de Lutas e práticas esportivas
	Salas de Aula
	Laboratório de Áudio e Vídeo
	Laboratório de Edificações
	Laboratório de Enfermagem
	Laboratório de Física
	Laboratório de Fotografia
	Laboratório de Hardware
	Laboratório de Informática
	Laboratório de Jogos Digitais
	Laboratório de Massoterapia
	Laboratório de Mecânica
	Laboratório de Química
	Laboratório de Radiologia
	Laboratório de Saúde Bucal
	Laboratório de Telecom
	Sala de Humanas
	Sala de Matemática
	Sala de Linguagens
	Sala de Eventos
	Laboratório de Biologia
	Laboratório de Prótese
Sala de Astronomia	
Sala de Atendimento ao estudante	
Laboratório de Processos Fotográficos	
Laboratório de Matemática	
Sala de reuniões dos professores	
Laboratório de Robótica	
Sala de História	
Laboratório de Eletrotécnica	
Laboratório de Eletromecânica	
Direção de Pesquisa,Extensão e Inovação	COPE
	Coordenadoria de Pesquisa e Inovação
	Coordenadoria de Extensão
	Seção de Inovação e Empreendedorismo
	Seção de Relações Comunitárias
Direção de Planejamento e Administração	NIT
	Coordenadoria Contabil, Financeira e Or- çamentária
	Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos
	Coordenadoria de Manutenção, Transpor- te e Materiais
	Seção Financeira e Contábil
	Seção de Compras e licitações
	Seção de Contratos e Fiscalização
	Seção de Patrimônio
	Seção de Almoxarifado
	Cantina
	Copa
	Refeitório
Auditório	
Banheiros Femininos	
Banheiros Masculinos	



Av. Senador Salgado Filho, 1200, Guabirota	
NUTEAD	Sala de aula Sala de Coordenação Laboratório de Informática Banheiros
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	

Relação do Corpo Docente:

Nome Docente	Eixo Tecnológico
ADNILRA SELMA MOREIRA DA SILVA SANDESKI	Educação
ADRIANA DA SILVA SANTOS	Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios
ADRIANA PELLANDA GAGNO	Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios
ADRIANE DE LIMA CARDEAL CUNHA	Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios
ADRIANO STADLER	Gestão e Negócios
ADRIANO WILLIAN DA SILVA	Ciências Exatas e da Terra
ALECIO JUNIOR MATTANA	Infraestrutura
ALEXANDRE FRANCISCO DE MORAES FILHO	Controle e Processos Industriais
ALEXANDRE MACHADO FERNANDES	Gestão e Negócios
ALINE CRISTINA COLETO	Gestão e Negócios
ALISSON ANTONIO DE OLIVEIRA	Controle e Processos Industriais
ALVARO ROGERIO CANTIERI	Informação e Comunicação
AMANDA CLARO GUTIERREZ	Ciências Exatas e da Terra
ANA HELENA CORREA DE FREITAS GIL	Ciências Exatas e da Terra
ANA PAULA DELOWSKI CINIELLO	Ciências Exatas e da Terra
ANDERSEN IEGER CELINSKI	Ambiente, Saúde e Segurança
ANDERSON NALEVAIKO MARQUES	Linguística, Letras e Artes
ANDRE ROBERTO CREMONEZI	Ciências Humanas
ANDREA DOS SANTOS RODRIGUES	Gestão e Negócios



ANGELA MARIA DOS SANTOS	Ciências Exatas e da Terra
ANJOR MUJICA DE PAULA	Segurança
ANTONIO CARLOS NOVAES DE SOUZA	Ciências Exatas e da Terra
BERENICE MARIE BALLANDE ROMANELLI	Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios
BERNARDO LOPES CORREA DA COSTA	Controle e Processos Industriais
CANDIDA DE FATIMA DEICHMANN SANTOS LIMA	Gestão e Negócios
CARLA HAMEL WOJCIK	Informação e Comunicação
CARLOS ALBERTO DE ÁVILA	Gestão e Negócios
CARLOS EDUARDO DE ARAUJO	Controle e Processos Industriais
CARLOS EDUARDO MAFFINI SANTOS	Controle e Processos Industriais
CASSIA CRISTINA MORETTO DA SILVA	Gestão e Negócios
CATERINE PEREIRA MORAZ	Gestão e Negócios
CELIA REGINA ALVES DE ARAUJO	Ambiente, Saúde e Segurança
CELIA REGINA GAPSKI YAMAMOTO	Infraestrutura
CELIO ALVES TIBES JUNIOR	Gestão e Negócios
CELSO LUIZ BUIAR	Ciências Exatas e da Terra
CIBELE SAVI STELMACH	Ambiente, Saúde e Segurança
CICERO JOSÉ ALBANO	Gestão e Negócios
CIRO BACHTOLD	Gestão e Negócios
CLAUDIA MONTEIRO DOS SANTOS BONTORIN	Ambiente, Saúde e Segurança
CLEVERSON PEREIRA LEAL	Gestão e Negócios
CRISIANE REZENDE VILELA DE OLIVEIRA	Ciências Exatas e da Terra
CRISTINA MARIA AYROZA FREITAS	Gestão e Negócios
CRISTINE ROBERTA PIASSETTA XAVIER	Produção Cultural e Design
CYNTHIA LETICIA SCHNEIDER	Produção Cultural e Design
DALVANI FERNANDES	Ciências Exatas e da Terra
DANIEL BUSSOLARO	Ciências da Natureza





DANNIELLA ROSA	Controle e Processos Industriais
DATAMES ACASTRO EGG SEGUNDO	Produção Cultural e Design
DAVID JOSE CELINSKI	Ambiente, Saúde e Segurança
DEISE LEANDRA FONTANA	Ciências Exatas e da Terra
DENILSON ROBERTO SCHENA	Ciências Humanas
DENIS ROBERTO FALCAO SPINA	Ambiente, Saúde e Segurança
DENISE MARIA VECINO SATO	Informação e Comunicação
DIANA GURGEL PEGORIN	Gestão e Negócios
DIEGO WINDMOLLER	Produção Cultural e Design
DIORGENES DE MORAES CORREIA ALVES	Gestão e Negócios
DIVANE DIAS DOS SANTOS NASCIMENTO	Gestão e Negócios
DOMINIQUE ELENA GIORDANO GONZALEZ	Infraestrutura
DORIANA CRISTINA GAIO	Ambiente, Saúde e Segurança
EDERSON PRESTES SANTOS LIMA	Ciências Humanas
EDILSON APARECIDO CHAVES	Ciências Humanas
EDIVANE PEDROLO	Ambiente, Saúde e segurança
EDSON LUIZ LINCZUK	Ciências da Saúde
EDUARDO JOAKINSON	Gestão e Negócios
ELAINI SIMONI ANGELOTTI	Informação e Comunicação
ELCIO MARTENS	Gestão e Negócios
ELISANGELA VALEVEIN RODRIGUES	Ciências da Saúde
ELIZABETE DOS SANTOS	Produção Cultural e Design
ELOIR BALDUINO GUTIERRES	Educação
ERIC CEZAR DE CAMARGO WALGER	Ciências da Natureza
ERIKA PESSANHA D' OLIVEIRA	Ciências Humanas
ESTER DOS SANTOS OLIVEIRA	Gestão e Negócios
EVANDRO CHERUBINI ROLIN	Controle e Processos Industriais
EVELISE DIAS ANTUNES	Ambiente, Saúde e Segurança



EVERALDO RIBEIRO BRINHOLE	Controle e Processos Industriais
EZEQUIEL BURKARTER	Ciências Exatas e da Terra
FABIANA MARIA MORO VAN ABBEMA	Produção Cultural e Design
FABIANE MARIA BORTOLOSO SUSS	Ambiente, Saúde e Segurança
FABIO LUIZ PESSOA ALBINI	Informação e Comunicação
FABIO RICARDO GIOPPO	Linguística, Letras e Artes
FELIPE VENTURA OLIVEIRA	Controle e Processos Industriais
FLAVIA DUARTE FERRAZ SAMPAIO	Ciências Biológicas
FREDERICO FONSECA DA SILVA	Ciências da Natureza
GABRIEL MATHIAS CARNEIRO LEÃO	Ciências Biológicas
GESLAINE JANAINA BUENO DOS SANTOS	Ambiente, Saúde e Segurança
GIANCARLO DE FRANCA AGUIAR	Ciências Exatas e da Terra
GILBERTO SILVA DE ROSSO	Ciências da Natureza
GILSON DE LIMA MORAES	Ciências Exatas e da Terra
GISLAINE DE FATIMA FILLA	Ciências Biológicas
GUILHERME ELIAS EGG MONTEIRO	Ciências Exatas e da Terra
GUSTAVO THEODORO LASKOSKI	Informação e Comunicação
HELLEN CHRISTINA GONÇALVES	Linguística, Letras e Artes
IRAPURU HARUO FLORIDO	Informação e Comunicação
IRENE TOMOKO NAKANO	Ambiente, Saúde e Segurança
ISIS MOURA TAVARES	Produção Cultural e Design
JAIME AMADOR SOARES	Ambiente, Saúde e Segurança
JANAINA SEGUIN	Gestão e Negócios
JANIA DUHA	Ciências Exatas e da Terra
JOSÉ CARLOS PEREIRA	Gestão e Negócios
JOSE FRANCISCO VICI	Ambiente, Saúde e Segurança
JOSIANE BERNART DA SILVA FERLA	Ambiente, Saúde e Segurança
JOYCE LUCIANE CORREIA MUZI	Linguística, Letras e Artes



JUCIANE DA LUZ ALVES BRANCO	Produção Cultural e Design
KRISCIE KRISCIANNE VENTURI	Ambiente, Saúde e Segurança
LEANDRO RAFAEL PINTO	Ciências Exatas e da Terra
LEILA ARAUJO DE SOUSA	Gestão e Negócios
LIGIA CRISTINA BATTEZZATI	Produção Cultural e Design
LISIANE BASSO	Ciências Humanas
LIVIA PIMENTA RENÓ GASPAROTTO	Ambiente, Saúde e Segurança
LUCIANA DOS SANTOS ROSENAU	Educação
LUIS BOURSCHEIDT	Produção Cultural e Design
LUIS CLAUDIO MOREIRA DE LIMA	Informação e Comunicação
LUIZ CARLOS FELIZARI	Controle e Processos Industriais
LUIZ CARLOS GIACOMOSSI	Informação e Comunicação
LUIZ MAURICIO VALENTE TIGRINHO	Controle e Processos Industriais
MAGNUS EDUARDO GOULART	Lingüística, Letras e Artes
MARA CHRISTINA VILAS BOAS	Gestão e Negócios
MARCIO MADI	Controle e Processos Industriais
MARCO AURELIO VISINTIN	Informação e Comunicação
MARCOS AURELIO PCHEK LAUREANO	Informação e Comunicação
MARCOS HERRERIAS DE OLIVEIRA	Ciências Exatas e da Terra
MARCOS JOSÉ BARROS	Ciências Exatas e da Terra
MARCOS OTAVIANO DA SILVA	Ambiente, Saúde e Segurança
MARCOS ROGERIO MAIOLI	Turismo, Hospitalidade e Lazer
MARGARETH VOIGT PISCONTI MACHADO	Ambiente, Saúde e Segurança
MARIA CRISTINA FERREIRA	Lingüística, Letras e Artes
MARIA IZABEL RODRIGUES SEVERIANO	Ambiente, Saúde e Segurança
MARIA LUCIA TOZETTO VETTORAZZI	Ambiente, Saúde e Segurança
MARINEI DO ROCIO PACHECO DOS SANTOS	Ambiente, Saúde e Segurança
MARINEIDE MARIA SILVA	Ciências Humanas



MARISTELLA GABARDO	Lingüística, Letras e Artes
MARLENE DE OLIVEIRA	Gestão e Negócios
MARLON DE OLIVEIRA VAZ	Informação e Comunicação
MERCIA FREIRE ROCHA CORDEIRO	Ciências da Natureza
MICHELE PATRICIA MULLER MANSUR VIEIRA	Ambiente, Saúde e Segurança
MICHELE SIMONIAN	Educação
MONIA NAOMY NAKAGAWA	Produção Cultural e Design
MONICA BELTRAMI	Controle e Processos Industriais
NADINE DE BIAGI SOUZA ZIESEMER	Ambiente, Saúde e Segurança
NILAMAR SIQUEIRA DE SOUZA CRUZ	Educação
NILTON FERREIRA BRANDAO	Ciências Exatas e da Terra
OSWALDO HENRIQUE GUTIERREZ BRANCO	Controle e Processos Industriais
OTAVIO BEZERRA SAMPAIO	Ciências Agrárias
PATRICIA MEYER	Informação e Comunicação
PAULA PONTES GARCIA CHRISTENSEN	Ambiente, Saúde e Segurança
PAULINHO RENE STEFANELLO	Gestão e Negócios
PAULO CESAR MEDEIROS	Ciências da Natureza
PAULO HENRIQUE BORBA ROLIM	Controle e Processos Industriais
PAULO HENRIQUE CAMARGO BATISTA	Produção Cultural e Design
PAULO ROBERTO VIEIRA JUNIOR	Informação e Comunicação
PAULO TETUO YAMAMOTO	Gestão e Negócios
PEDRO ANTONIO BITTENCOURT PACHECO	Gestão e Negócios
PERCI AYRES ANTIQUEIRA	Controle e Processos Industriais
PRISCILA DA SILVA DUARTE	Gestão e Negócios
RADAMES BOOSTEL	Ambiente, Saúde e Segurança
RAFAEL NISHIMURA	Controle e Processos Industriais
RAYMUNDA VIANA AGUIAR	Ambiente, Saúde e Segurança
REGIANE PINHEIRO DIONISIO PORRUA	Lingüística, Letras e Artes



RENATA DUARTE DE SOUZA RODRIGUES	Ambiente, Saúde e Segurança
RENATO LUIZ DO NASCIMENTO	Ambiente, Saúde e Segurança
RENATO ROXO COUTINHO DUTRA	Ciências Biológicas
RICARDO HERRERA	Produção Cultural e Design
ROBERTA RAFAELA SOTERO COSTA	Lingüística, Letras e Artes
ROBERTO JOSE MEDEIROS JUNIOR	Ciências Exatas e da Terra
RODRIGO CEZAR KANNING	Controle e Processos Industriais
RODRIGO TRAMUTOLO NAVARRO	Ciências da Natureza
ROGERIO GLEICH TAVARES	Ambiente, Saúde e Segurança
ROGERIO GOMES	Controle e Processos Industriais
ROGERIO GOULART DA COSTA	Ambiente, Saúde e Segurança
ROSANGELA GONÇALVES DE OLIVEIRA	Educação
RUBENS GOMES CORREA	Ambiente, Saúde e Segurança
SANDRA TEREZINHA URBANETZ	Educação
SERGIO DE JESUS VIEIRA	Gestão e Negócios
SHEILA CRISTIANA DE FREITAS	Informação e Comunicação
SILEIDE FRANCE TURAN SALVADOR	Lingüística, Letras e Artes
SILEIDE FRAZAO TURAN	Lingüística, Letras e Artes
SILVIA MARIA PRADO LOPES QUEIROZ	Ambiente, Saúde e Segurança
SUSANA PINHEIRO DA CRUZ PRESTES	Lingüística, Letras e Artes
TANGRIANE HAINISKI RAMOS MELEK	Ambiente, Saúde e Segurança
TANIA CORDEIRO LINDBECK DA SILVA	Ciências Exatas e da Terra
TATIANA DE MEDEIROS CANZIANI	Lingüística, Letras e Artes
TATIANA GRASSER	Ambiente, Saúde e Segurança
TATIANI DAIANA DE NOVAES	Lingüística, Letras e Artes
TELMA PELAES DE CARVALHO	Ambiente, Saúde e Segurança
THIAGO ANDRE GUIMARAES	Gestão e Negócios
THIAGO AUGUSTO DIVARDIM DE OLIVEIRA	Ciências Humanas



URIAH IZAYRA MARCILIO	Gestão e Negócios
VAGNER DOS SANTOS	Ciências Exatas e da Terra
VALTER ROBERTO SCHAFFRATH	Ciências Agrárias
VANDERCI BENJAMIN RUSCHEL	Ciências Humanas
VANESSA BACELAR DE SOUZA	Ambiente, Saúde e Segurança
VANESSA LOPES RIBEIRO	Linguística, Letras e Artes
VANESSA VOGT	Controle e Processos Industriais
VILMAR FERNANDES	Ciências Exatas e da Terra
VIVIANE WRITZL	Controle e Processos Industriais
WAGNER FREDERICO CHIESORIN UHLMANN	Controle e Processos Industriais
WELLINGTON CESAR GALLICE	Ciências Exatas e da Terra
WILERSON STURM	Controle e Processos Industriais
WILSON LEMOS JUNIOR	Produção Cultural e Design
ZENO BARONCINI NETO	Ambiente, Saúde e Segurança
ZITA CASTRO MACHADO	Ambiente, Saúde e Segurança





Relação da Equipe Técnico-Administrativo:

NOME	CARGO
ADILSON CLAUDIO MUZI	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
ALLANA CAMARGO COUTINHO	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
ANA MARIA DE CARVALHO	ASSISTENTE SOCIAL
ANDREA CRISTINE URBANETZ RIBEIRO DA SILVA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
ANDREY ENRIQUE SANTOS	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
ANNE CAROLINE DE OLIVEIRA	PEDAGOGO
BRUNO BELLO	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
BRUNO COLETTY	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
CAIO AUGUSTO GARCIA SAMPAIO VALENTE	TÉCNICO DE LABORATÓRIO
CAMILLA CORSO SILVEIRA	PSICÓLOGO
CARLOS ALBERTO SACZK	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
CLAUDIO MARCIO JAKUBIU	ADMINISTRADOR
CLAUDIO OLIVEIRA SOUZA	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
DANIELLE PRISCILA GAMBALLI SCHULTZ	ASSISTENTE DE estudante
DERDRIED ATHANASIO JOHANN	ENFERMEIRO
DIEGO DE OLIVEIRA VIEIRA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
DIRCÉIA ROMERO CALIXTO	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO
ED CARLOS DA SILVA	TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
EDILZA SILVA DOS SANTOS CHIBIOR	BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA
ELENIR LEITE MARLOCH	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ELIANE MARA LUZ	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ELISETE LOPES CASSIANO	BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA
ERICA DIAS DE PAULA SANTANA	TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
FERNANDA KONKOL	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
FERNANDO RODRIGO SALVATIERRA JANISCH	ASSISTENTE DE estudante
FERNANDO SOUZA DE OLIVEIRA SILVA	TECNICO DE LABORATORIO AREA SIGRH
FLAVIA ELISABETH DA SILVA BLOCK	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
FRANCIELLE DA SILVA	ASSISTENTE DE estudante
FRANCIELLE FERNANDES BRIGIDO	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ISRAEL BISPO DOS SANTOS	TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SI-NAIS
IVONE ZAPOTOSZEK	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO





JANICE MAYUMI BARK TODA	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
JENIFER CAROLINE LEITE	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
JOCELAINE ESPÍNDOLA DA SILVA ARRUDA	AUXILIAR EM ADMINISTRACAO
JULIANA TRACZ PEREIRA	TECNICO DE LABORATORIO AREA SIGRH
JULIANNE NEVES	PEDAGOGO-AREA
JUSANE OCELI DALMONICO	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
KARINA LABES DA SILVA	PEDAGOGO-AREA
LAURO BARBOSA DIAS FILHO	TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
LEANDRO JOSÉ DE ARAUJO	ASSISTENTE SOCIAL
LEANDRO VELLOSO ALBUQUERQUE	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
LOURDES ANDRESSA ZEIZER SATO	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
LUCIANA DE CASSIA ANDRADE NAKATANI	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
LUIZ CUSTÓDIO	ASSISTENTE DE estudante
MAGNO ANTONIO GOMES	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
MAIKON DE JESUS COSTA	TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SI- NAIS
MARIANNA ANGONESE FRANKIV	PEDAGOGO-AREA
MARILDA PONTES LACERDA	ASSISTENTE DE estudante
MARLI TEREZINHA FERREIRA BECKER GRIPP	COZINHEIRO
NAYAMIN DOS SANTOS MOSCAL	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
NILSON DOS SANTOS MORAES	TECNICO EM CONTABILIDADE
NILTON FERREIRA BRANDÃO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
PATRICIA BATISTA CORREIA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
PRISCILA BITTENCOURT DE QUEIROZ	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
REGINALDO FERREIRA	TÉCNICO DE LABORATÓRIO - FÍSICA
RICARDO ARRUDA SOWEK	TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
RODRIGO TAVARES RIMOLO	TECNICO DE LABORATORIO AREA SIGRH
ROGER FERNANDO DE SÁ	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
ROGÉRIO DOMINGOS DE SIQUEIRA	ADMINISTRADOR
RÔMULO SOUZA DA SILVA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
RUBENS GOMES CORREA	ENFERMEIRO
SEBASTIÃO DAMBROSKI	ADMINISTRADOR
SIRLEI SCHMITT DE TOLEDO	AUXILIAR EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
SUSI DE FATIMA CARVALHO DA SILVA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
TAIS HELENA AKATSU	BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA
TANIA GRACIELI VEGA INCERTI	ASSISTENTE SOCIAL





TANIA RODRIGUES LISBOA	TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SI-NAIS
TATIANE DO ROCIO PUCHALSKI	TECNICO EM CONTABILIDADE
THAIS PACIEVITCH	PEDAGOGO-AREA
TIAGO MACHADO SARETTO	TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SI-NAIS
VIVALDO CORDEIRO GONÇALVES	BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA
XIMENA NOVAIS DE MORAIS	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO



4. MARCO OPERACIONAL

A fim de atingir os objetivos educacionais o Campus participa dos Programas Institucionais que buscam atender aos estudantes nos seguintes aspectos:

Bolsas:

A política educacional dentro do Instituto prevê as seguintes possibilidades de bolsas estudantis:

- Bolsa de Iniciação Científica, destinada aos estudantes que desenvolvem projetos de pesquisa aprovados institucionalmente. Neste caso, os estudantes são selecionados após uma análise de currículo, prova teórica e entrevista e ficam submetidos à orientação de um ou mais professores autores do projeto durante o período de vigência da bolsa, perfazendo 12 horas semanais de trabalho dentro do Campus.

- Bolsa de Extensão, destinada aos estudantes que desenvolvem projetos de extensão aprovados institucionalmente. Neste caso, os estudantes são selecionados após uma análise de currículo, prova teórica e entrevista e ficam submetidos à orientação de um ou mais professores autores do projeto durante o período de vigência da bolsa, perfazendo 12 horas semanais de trabalho dentro do Campus.

- Bolsa de Inclusão Social, destinada aos estudantes que possuem baixa renda per capita familiar, visa essencialmente à permanência do estudante na Instituição. Como contrapartida, o bolsista de Inclusão Social deve desenvolver um projeto de ensino, pesquisa ou extensão no âmbito da Instituição e sob orientação de um professor.

Além dessas modalidades de bolsa, dentro de uma política de assistência estudantil, o Instituto Federal oferta o auxílio moradia e o auxílio alimentação, ambos com função de subsidiar os gastos com moradia (para estudantes que não possuem familiares na cidade) e alimentação, respectivamente, dos estudantes com baixo poder aquisitivo.

Ingresso:

O Instituto Federal do Paraná, criado pela Lei 11892/2008, é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Neste sentido, muitas vezes, é a única oportunidade que muitas pessoas possuem de aprender uma profissão e rapidamente se inserirem no mundo do trabalho, com garantia de qualidade de ensino, formação com competência técnica e sem pagamento de mensalidades, pois os cursos são gratuitos.

Como os Institutos Federais estão sendo implantados em regiões com baixo desenvolvimento socioeconômico, constitui em um dos principais fomentadores do desenvolvimento regional com base nos arranjos produtivos locais, que a princípio, podem ser dinamizados e otimizados a partir da geração de tecnologias locais no âmbito do Instituto e da formação de profissionais capazes de compreender, modificar e melhorar os processos produtivos e distributivos de geração de renda da comunidade local e regional.

Para atender a essa finalidade e possibilitar a inserção social, o processo seletivo para entrada nos cursos do IFPR está pautado numa política de valorização das ações afirmativas, com 40% das vagas dos cursos destinadas aos estudantes provenientes de escolas públicas, 20% destinadas aos estudantes de cor preta, 5% destinadas aos estudantes com deficiência e 5% destinadas aos descendentes de índios. Dessa forma, o IFPR cumpre com sua responsabilidade social e procura estabelecer a justiça social a partir da propulsão de educação básica, técnica e superior de qualidade às classes menos favorecidas da sociedade brasileira.

Para os cursos de formação inicial e continuada (FIC) – cursos de capacitação – a seleção é realizada através de questionário sócio econômico a ser respondido pelo interessado.

Metas:

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI constitui-se como principais metas deste PPP:

- Implantar os Cursos de Bacharelado, de Licenciatura e Cursos Superiores de Tecnologia nos campus, conforme resolução dos colegiados.
- Implantar novos Cursos Técnicos Subseqüentes, Cursos Técnicos Integrados e PROEJA nos campus, de acordo com as definições aprovadas pelos Colegiados.
- Implantar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores segundo demandas previamente levantadas.
- Planejar e implementar um Programa de Formação de Servidores, de maneira a vincular as áreas de interesse dos mesmos às áreas prioritárias da Instituição, visando ao fortalecimento dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação.
- Apresentar plano visando captação de bolsas de estudo para os servidores da Instituição.
- Promover debates, palestras e *workshops* para incentivar as iniciativas de criação de Programas de Pós-Graduação.
- Nomear comissão para estabelecimento de normas e critérios para a criação de Cursos e Programas de Pós-Graduação.
- Implementar um Comitê de Pesquisa e Ética.
- Implementar um Sistema de Informações sobre a produção científica e tecnológica dos docentes, baseado na Plataforma Lattes de curriculum vitae.
- Captar recursos para realização de projetos financiados por programa de extensão.
- Oportunizar a participação do estudante em projetos de voluntariado e/ou de inclusão social.
- Realizar evento de incentivo para participação de estudantes e professores em projetos de extensão comunitária.
- Pesquisar a atuação profissional do egresso.
- Realizar encontros anuais com egressos.
- Implantar sistema de informação integrado no campus sobre egressos.
- Implantar comissão de estudos e acompanhamento sobre a evasão.



- Promover feiras, exposições, eventos culturais e esportivos para incentivar a participação dos familiares dos estudantes e comunidade em geral nas atividades do IFPR.

BIBLIOGRAFIA.

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Paz e Terra: São Paulo, 2006.

BETINI, Geraldo Antonio. A construção do Projeto Político-Pedagógico da escola. **EDUC@ção - Rev. Ped.** - UNIPINHAL – Esp. Sto. do Pinhal – SP, v. 01, n. 03, jan./dez. 2005.

BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Coleção de Leis dos Estados Unidos do Brasil – 1906. Rio de Janeiro, v.1. p. 114-116,1907. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf

BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Coleção de Leis dos Estados Unidos do Brasil – 1906. Rio de Janeiro, v.1. p. 114-116, 1907.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF.

Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010b. 164p. Disponível em:

http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf

HABERMAS, Jürgen - **Técnica e Ciência como Ideologia** - Conhecimento e Interesse. Edições 70,1987

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13^o ed. São Paulo:





INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ
Câmpus Curitiba

Cortez, 2000.



Ministério da Educação

PORTARIA Nº 120, de 06 de agosto de 2009. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino aprendizagem no âmbito do IFPR.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória**: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 3. ed. São Paulo: Cortez, [1988] 1995.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=pt&nrm=iso>

